

A FORMAÇÃO DOS HOMENS E A VIOLÊNCIA EM *GRANDE SERTÃO: VEREDAS*

THE TRAINING OF MEN AND VIOLENCE IN *GRANDE SERTÃO: VEREDAS*

Cristiane da Silva Alves¹

RESUMO: Este artigo busca analisar o universo rosiano, imortalizado pelas páginas de *Grande Sertão: Veredas*, verificando, especialmente, a formação dos homens no ambiente sertanejo (re) criado por Guimarães Rosa. Pretende-se examinar quem são, como são, de que forma sobrevivem e, principalmente, como e por que as principais personagens masculinas criadas pelo autor são marcadas pela violência, a dureza e, não raro, a crueldade. Tomar-se-á como base teórica, entre outros, os estudos desenvolvidos por Antonio Candido em “O Homem dos Avessos”, os de Manuel Cavalcanti Proença, em “Don Riobaldo do Urucuia, Cavaleiro dos Campos Gerais”, de Sandra Guardini Vasconcelos, em “Homens Provisórios: Coronelismo e Jagunçagem em *Grande Sertão: Veredas*”, de Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, bem como os estudos de Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*.

PALAVRAS-CHAVE: João Guimarães Rosa. *Grande Sertão: Veredas*. Formação dos homens. Violência.

Através da fala ininterrupta de Riobaldo, ex-jagunço, ora velho e assentado, o universo sertanejo (re) criado por Guimarães Rosa vai se delineando ao longo das páginas de sua principal obra, *Grande Sertão: Veredas*. Pouco a pouco, aquele que se dispõe a “escutar” a narrativa é conduzido a um mundo à parte, cercado de enigmas, aventuras e desatinos, tomado por tipos humanos arcaicos, brutos, em constante luta pela sobrevivência – própria e daqueles a quem devotam lealdade e obediência.

Conforme a história avança, mergulhado no seu emaranhado de lembranças, Riobaldo traz à tona o passado e suas personagens, conduzindo o interlocutor (e o leitor) ao apogeu das façanhas jagunças, em que, entre surpreendidos, horrorizados ou mesmo fascinados, somos apresentados a um universo estranho, distante e, não raro, incompreensível para o leitor urbano, pouco afeito à história da região sertaneja, especialmente daquele sertão concebido

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS. Mestre em Literatura Brasileira pela mesma instituição. Atualmente Professora de Português e Literatura Brasileira no Programa de Português para Estrangeiros (PPE-UFRGS). E-mail: cristianesalves@gmail.com

por Guimarães Rosa, bastante próximo das lendas medievais como já nossos melhores críticos cuidaram de apontar, especialmente Manuel Cavalcanti Proença e Antonio Candido².

Apartados da lei, à margem da urbanidade e da racionalidade, despontam ante nossos olhos bandos armados com a naturalidade de guerreiros remanescentes das novelas de cavalaria, aventurando-se na defesa de seus “senhores”, detentores de amplos “reinos”, cuja real condição é a de homens vinculados à agricultura e à pecuária, detentores de fazendas e gados, mas que se convertem, no desenrolar da narrativa, em grandes chefes, de descrição aproximada a de reis e fidalgos em geral, como é o caso de Joca Ramiro, a quem Riobaldo refere-se como “grande homem príncipe!” (ROSA, 2001a, p. 33), que “era um imperador em três alturas! Joca Ramiro sabia o se ser, governava; nem o nome dele não podia à toa se babujar. (ROSA, 2001a, p. 195), e também “Medeiro Vaz – o *Rei dos Gerais...*” (ROSA, 2001a, p. 80), ou, ainda, Sô Candelário, que “galopava na frente de todos. Se ia – feito o rei dos ventos”. (ROSA, 2001a, p. 258).

Ao longo da história, vão se substituindo os valores agrícolas daqueles homens por valores ligados à aristocracia e, especialmente, à guerra, como a liderança, a força, a coragem e a ousadia. Neste aspecto, Antonio Candido aponta, em “O Homem dos Avessos”, que

se houve no Norte de Minas bandos permanentes tão vultosos quanto os que aqui aparecem, a sua ética e a sua organização não teriam talvez o caráter elaborado que o romancista lhes dá. De fato, percebemos que assim como acontece em relação ao meio, há um homem fantástico a recobrir ou entremear o sertanejo real; há duas humanidades que se comunicam livremente, pois os jagunços são e não são reais. Sobre o fato concreto e verificável da jagunçagem, elabora-se um romance de Cavalaria, e a unidade profunda do livro se realiza quando a ação lendária se articula com o espaço mágico. (CANDIDO, 1991, p. 301)

Não é sem motivo, pois, que a violência das ações continuamente se dilui ante nossos olhos e atos de barbárie afiguram-se como movimentos heróicos ou artes de guerra que, em vários momentos, deixam de nos horrorizar, para causar êxtase e arrebatamento. Embevecidos, ou antes, iludidos pela “camuflagem” lendária e mítica com que Rosa reveste as páginas de *Grande Sertão: Veredas*, aliado ao lirismo com que constrói o texto,

² Ver PROENÇA, M. Cavalcanti. Don Riobaldo do Urucuia, Cavaleiro dos Campos Gerais. In: _____. *Trilhas do Grande Sertão*. Rio de Janeiro: MEC, 1958, p. 13-29; CANDIDO, Antonio. O Homem dos Avessos. In: COUTINHO, Eduardo F. (org.). *Guimarães Rosa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 294-309.

“poetizando” a linguagem³, aceitamos “naturalmente” a bestialidade com que se conduzem as batalhas. A propósito, Sandra Guardini Vasconcelos comenta que

[a] aura da cavalaria, fruto da difusão e permanência da **História de Carlos Magno e dos doze pares de França** no imaginário sertanejo, encobre, até certo ponto, a sanha sanguinária dos jagunços e empresta um sentido ambivalente às suas ações, misto de abuso da força e de generosidade cavaleiresca. (VASCONCELOS, 2002, p. 329)

Também José Antonio Pasta Jr., analisando a recepção do livro, segue a mesma orientação e observa que “quem quiser de fato ler o *Grande sertão* guardando fidelidade à demanda do livro, terá de lê-lo ao mesmo tempo com o isolamento e a distância que supõe o romance moderno e com o fusionamento e a *participação* que, no limite, só conhecem o mito e o rito”. (PASTA JR., 1999, p. 62). Na medida em que intentamos a leitura e nos embrenhamos por entre as páginas, expomo-nos à “absorção em um mundo que simultaneamente nos constitui e nos abole, baralhando os limites que nos separam dele.” (PASTA JR., 1999, p. 65).

Pode-se mesmo considerar que, despido do véu fabular, talvez o romance não resistisse à leitura de espíritos mais sensíveis e tampouco alcançasse a recepção enlevada que cultivou ao longo de décadas, haja vista a brutalidade, a crueza e sanguinolência de muitas passagens que, não fosse o efeito encantatório urdido pelo autor, seriam indigestas, para dizer o mínimo, ainda que saibamos, por inúmeros episódios da “vida real”, o quão bruto e sanguinário o ser “humano” é capaz de se demonstrar. Nesse aspecto, aliás, novamente valemo-nos de Candido que, analisando o comportamento dos jagunços, comenta que

a conduta real os aproxima bastante do cavaleiro como realmente existiu, e que foi, afinal de contas, um jagunço ao seu modo, desempenhando função parecida numa sociedade sem poder central forte, baseada, como a do Sertão, na competição dos grupos rurais. Os castelões praticavam normalmente a extorsão e o saque, tendo também como critério não a qualidade do ato, mas a distinção entre amigo e inimigo. Cavaleiros salteadores não faltaram, chegando em certos casos, como o dos *Raubritter* alemães, a constituir problema social dos mais graves. Nem é de espantar que um velho jagunço aposentado, no livro, lembre com saudosa volúpia a esfolada dos soldados presos, com faca cega, depois de castrados. Uma das “flores da Cavalaria”, Ricardo Coração de Leão, mandou certa vez a Felipe Augusto, com quem estava de luta, quinze cavaleiros, franceses prisioneiros, amarrados em fila, de olhos vasados (*sic*) e o guia apenas caolho. O rei de França respondeu mandando quatorze cavaleiros ingleses nas mesmas condições, mas conduzidos por uma mulher, – o que foi reputado “boa traça”, golpe de finura e superioridade. (CANDIDO, 1991, p. 302)

³ Há que se notar a observação do próprio Rosa que, em correspondência com seu tradutor alemão, Curt Meyer-Clason (2003, p. 114), escreveu que “o livro é tanto um romance, quanto um poema grande, também. É poesia (ou pretende ser, pelo menos)”.

No Brasil, a violência e a atrocidade marcam nossa história desde o berço⁴, não se limitando aos grupos marginais, arredados da lei, mas concentrando-se (e muitas vezes em maior escala) também entre os grupos “legalizados”, imbuídos de autoridade, praticantes da “violência autorizada”, legalmente amparada e, portanto, aceita, sob pretexto de “um bem maior”, que é a tranqüilidade da nação, das “pessoas de bem”, que confiam no poder da “justiça” e, assim, não questionam os métodos empregados. Observe-se, a este respeito, um episódio atroz de nossa história, que Euclides da Cunha trouxe à luz em *Os Sertões*:

Chegando à primeira canhada encoberta, realizava-se uma cena vulgar. Os soldados impunham invariavelmente à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na. Não raro a **sofreguidão do assassino** repulsava esses preparativos lúgubres. O processo era, então, mais expedito: varavam-na, prestes, a facão. Um golpe único, entrando pelo baixo ventre. Um destripamento rápido... Tínhamos valentes que **ansiavam por essas cobardias repugnantes**, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares. Apesar de três séculos de atraso, os sertanejos não lhes levavam a palma no estadear idênticas barbaridades. (CUNHA, 2003, p. 493. *Grifos meus*)

Trata-se do episódio da degola, acontecimento torpe, chocante e, no entanto, como o autor afirma, “essas cobardias repugnantes, tácita e explicitamente [eram] sancionadas pelos chefes militares”. Se excluíssemos à alusão aos militares, poder-se-ia mesmo pensar em uma ação de “bandidos”. Todavia, não diz respeito à ação de algum bando, mas, sim, da já referida “violência autorizada”, que dispensa justificativa, eis que cometida “em nome da lei”⁵.

Em *Grande Sertão: Veredas* a prática também é mencionada, mas, diferente do episódio real descrito por Euclides, em que o gozo pela violência, o sadismo e a perversão são explícitos, na ficção, Riobaldo, jagunço, mesmo inserido no ambiente da “dansação e

⁴ Basta lembrarmos a sanha dos desbravadores e as atrocidades cometidas no período colonial e em outros marcos históricos de nossa terra, envolvendo guerras sangrentas inclusive entre “irmãos”, que se enfrentaram inúmeras vezes em revoltas internas, em nome do bem-estar da nação. A exploração do homem, a base escravocrata do país, cujos efeitos ainda sofremos, parece constituir, aliás, a principal fonte de onde emana a violência ao longo dos tempos, violência esta naturalizada e cotidiana, que se estabeleceu como padrão de conduta do Brasil colônia, arrastando-se até praticamente o fim do Império.

⁵ Vale lembrar o “método” de Zé Bebelo, conforme narrado por Riobaldo, e o temor que despertava: “Acabando um combate, saía esgalopado, revólver ainda em mão, perseguir quem achasse, só aos brados: – “Viva a lei! Viva a lei!...” – e era o pipoco-paco. Ou: – “Paz! Paz!” – gritava também; e bala: se entregaram mais dois. – “Viva a lei! Viva a lei!...” Há-de-o, que quilate, que lei, alguém soubesse? Tanto aquilo, sucinto, a fama correu. Dou-lhe qual: que, uma vez, ele corria a cavalo, por exercício, e um veredeiro que isto viu se assustou, pulou de joelhos na estrada, requerendo: – “Não faz *vivalei* em mim não, môr-de-Deus, seu Zebebel’, por perdão...” (ROSA, 2001a, p. 93-94). O que não resta claro é se o medo ali representado se dá apenas em relação à cena presente ou se trata de recordação de Canudos e seu brutal desenlace.

desordem”, mostra-se compadecido e inconformado ante a possibilidade do jovem prisioneiro sofrer tal “condenação”:

Ah, mas o que eu antes não contei: o do preso. [...] chegaram os bebelos – uns trinta? Tiroteamos na suspensão deles, os quantos que matamos, matamos, os mais fugiram sem após. Um ficou preso. Nem tinha nenhum ferimento. – “Que é que vão fazer com ele?” – eu perguntei. Será que iam matar? – “É verdade, acho que sim. Pois, amigo, a gente tem lá meios para guardar prisioneiro vivo? Se degola é da banda da direita para a esquerda...” – o que o Fafafa me respondendo. No que dizia, ele tinha razão. Mas, quem seria que ia cumprir de dar o fim n’aquele **pobre moço?** [...] Vendo como levavam o **rapaz**, como ele caminhava normal, seguindo para aquilo com seus dois pés. **Essa injustiça não podia ser!** [...] Aquilo que lavorava em minha cabeça – ah, mas, aí, quem é que eu vi? O rapaz, aquele, o preso, vivo e exato. Também montado num cavalo. Assim o que me contaram: que não ia morrer, não, iam matar não, **Sô Candelário tinha favorecido perdão a ele, por causa de sua mocidade.** – “Ele é baiano, para a Bahia volta, vamos levar mais adiante, para se soltar, para lá...” (ROSA, 2001a, p. 256-257. *Grifos meus*)

O autor, magistralmente, distorce a realidade e recria a situação atroz com um toque de simpatia e ponderação que não se percebe na cena descrita por Euclides da Cunha. Se em *Os Sertões* resta claro o prazer e a sofreguidão com que os militares executavam a ação bárbara⁶, na cena formulada pelas mãos hábeis de Guimarães Rosa, diferentemente, somos levados a concluir, de acordo com a explicação do jagunço Fafafa, que a matança dos prisioneiros não se dava exatamente por “gosto”, mas por não ter meios de mantê-los entre os seus, os quais já dispunham de poucos recursos para a própria manutenção em meio às batalhas no sertão. Não obstante, levando em conta a pouca idade do rapaz, ainda que se tratasse de um “bebelo”, inimigo, portanto, Sô Candelário acaba por encontrar uma solução menos cruel, que é a de soltá-lo em sua terra natal, poupando-lhe a vida, solução esta bastante diversa da realidade da qual Euclides da Cunha foi testemunha e, posteriormente, veio a denunciar.

Apesar de Rosa diluir “magicamente” a selvageria, à primeira vista, guerrear e matar ainda parecem ser as únicas ações que impulsionam a sociedade sertaneja, sejam os homens políticos, fazendeiros, ou simples jagunços. Com exceção de Riobaldo, que no decorrer da narrativa demonstra, em vários momentos, choque e aversão pela selvageria entre os bandos, aos demais tudo se passa como meio “natural” e imprescindível para a sobrevivência.

⁶ A violência e a maldade vindas daqueles que guardam o poder constituído e deveriam, por regra, manter a ordem e a justiça, reaparecem, também, na fala de Riobaldo, quando relata ao interlocutor o seu encontro com o delegado Jazevedão, homem cruel que abusava, flagrantemente, de sua autoridade: “esse Jazevedão, quando prendia alguém, a primeira quieta coisa que procedia era que vinha entrando, sem ter que dizer, fingia umas pressas, e ia pisava em cima dos pés descalços dos coitados. E que nessas ocasiões dava gargalhadas, dava... [...] as barbaridades que esse delegado fez e aconteceu, o senhor nem tem calo em coração para poder me escutar.” (ROSA, 2001a, p. 34-35)

Há que se considerar, todavia, que aqueles homens, cuja brutalidade causa-nos horror, nada mais faziam do que desempenhar de forma crua e exacerbada o papel para o qual, geração após geração, foram educados os varões, desde muito cedo exigidos, ou, antes, condenados a comprovar através da força e da violência a sua virilidade, desenvolvendo o espírito bélico como atestado de masculinidade, o que contribuía, não raras vezes, para formar homens cruéis, que se regozijavam com a barbárie e o sofrimento.

Gilberto Freyre, ao analisar a educação dos meninos, observa que não apenas os pais toleravam como até mesmo estimulavam as maldades dos filhos, como se depreende do relato do Padre Lopes Gama, que ele reproduz:

“Pelos nossos mattos (com poucas, e honrosas excepções) é lastimosa a educação dos meninos. Ali o primeiro divertimento que se lhes dá é uma faquinha de ponta; e assim como no século da cavalleria andante os paes de bom tom armavam cavaleiros os seus filhos, apenas estes começavam a ensaiar os passos, e os beatos vestiam de fradinhos os seus pequenos, assim muitos dos nossos matutos armam cavaleiros da faca aos seus filhinhos, logo que estes podem enfiar-se em uma ceroulinha.” E acrescentava o padre-mestre sobre a educação do menino filho do senhor de engenho: “ali o menino é um perseguidor cruel das innocentes avesinhas, espiolhando-lhes os ninhos, e não podendo com a clavina, já têm gabos de insigne escupeteiro. Desd’os tenros annos avesam-se as creanças ao sangue, á matança e á crueldade; porque tomar por divertimento o tirar a vida a animaesinhos, que nos não offendem, antes nos regosijam, e concorrem para louvar as obras do Creador, é em meu humilde entender formar o coração para a barbaridade e a crueza. (FREYRE, 1966, p. 516-517)

As práticas, ainda que chocantes, descritas ao longo de *Grande Sertão: Veredas*, corroboram, pois, as afirmativas de Freyre acerca dos vícios educacionais a que eram submetidos os meninos, fossem eles filhos de “matutos” ou “sinhozinhos” de engenho. Não faltam, a propósito, exemplos em nossa literatura a esse respeito. Já Machado de Assis trazia a lume um modelo do menino criado sem limites, experimentando o sadismo desde muito cedo, bem ilustrado por Brás Cubas, o “menino diabo” que se comprazia com a aflição impingida por ele aos escravos, sem que qualquer reprimenda paterna mais séria lhe fosse endereçada.

Desde os cinco anos merecera eu a alcunha de “menino diabo”; e verdadeiramente não era outra coisa; fui dos mais malignos do meu tempo, arguto, indiscreto, traquinas e voluntarioso. Por exemplo, um dia quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher de doce de coco que estava fazendo, e, não contente com o malefício, deitei um punhado de cinza ao tacho, e, não satisfeito da travessura, fui dizer à minha mãe que a escrava é que estragara o doce “por pirraça”; e eu tinha apenas seis anos. Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia – algumas vezes gemendo –, mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um “ai, nhonhô!”, ao que eu retorquia: “Cala a boca, besta!”. Esconder os chapéus das visitas, deitar rabos de papel a pessoas

graves, puchar pelo rabicho das cabeleiras, dar beliscões nos braços das matronas, e outras muitas façanhas desse jaez, eram mostras de um gênio indócil, mas devo crer que eram também expressões de um espírito robusto, porque meu pai tinha-me em grande admiração; e se às vezes me repreendia à vista de gente, fazia-o por simples formalidade: em particular dava-me beijos. (MACHADO DE ASSIS, 2010, p. 47-48)

Se a infância desregrada não importou em um homem cruel e violento, contribuiu, todavia, para moldar o adulto afeito à injustiça, como o próprio narrador noticia: “[...] afeiçoei-me à contemplação da injustiça humana, inclinei-me a atenuá-la, a explicá-la, a classificá-la por partes, a entendê-la, não segundo um padrão rígido, mas ao sabor das circunstâncias e lugares.” (MACHADO DE ASSIS, 2010, p. 48).

O sadismo, a violência e a falta de limites ali verificados não apenas não se reduzem à criação literária, como também não se restringem aos homens do sertão. Euclides da Cunha cuida de demonstrá-los entre os homens “civilizados”, ainda quando aqueles se encontram no ambiente citadino, sob as vistas da lei e dos seus pares, como no episódio descrito em *Os Sertões* sobre um jornalista a quem alguns oficiais decidem aplicar a própria “justiça”, ignorando qualquer ditame legal ou instância superior:

Foi em 1884, **no Rio de Janeiro**. Um jornalista, ou melhor, um alucinado, criara, agindo libérrimo graças à frouxidão das leis repressivas, escândalo permanente de insultos intoleráveis na corte do antigo Império; e tendo respingado sobre o Exército parte das alusões indecorosas, que por igual abrangiam todas as classes, do último cidadão ao monarca, foi infelizmente resolvido por alguns oficiais, como supremo recurso, **a justiça fulminante e desesperadora do linchamento**.

Assim se fez. E entre os subalternos encarregados de executar a sentença - **em plena rua, em pleno dia, diante da justiça armada pelos Comblains de toda a força policial em armas** - figurava, **mais graduado, o capitão Moreira César, ainda moço**, à volta dos trinta anos, e tendo já em seus assentamentos, averbados, merecidos elogios por várias comissões exemplarmente cumpridas. E foi **o mais afoito, o mais impiedoso, o primeiro talvez no esfaquear pelas costas a vítima**, exatamente na ocasião em que ela, num carro, sentado ao lado de autoridade superior do próprio Exército, se acolhera ao patrocínio imediato das leis... (CUNHA, 2003, p. 268. *Grifos meus*)

Como explicar que no núcleo urbano, na corte, formem-se meninos, posteriormente homens, cruéis e sem limites, tal como acontece no sertão? Como entender a explosão da violência primitiva e desmedida, mesmo entre aqueles com acesso ao ensino e à ordem? Parece-nos que a causa reside na sociedade escravocrata em cujo seio a violência se assentou como prática “natural” de poder e de domínio sobre o outro, tanto no campo quanto na cidade.

No caso do “menino diabo” de Machado, a criança nada mais faz do que mimetizar a ação dos adultos; a “prática séria” converte-se em brinquedo, ao mesmo tempo em que fortalece o aprendizado do comportamento adulto. Seria o caso de Moreira César?

Provavelmente. O seu comportamento, como o dos demais oficiais, é resultante de uma sociedade que ao longo de séculos não apenas tolerou como, de algum modo, revestiu de legalidade a brutalidade e o controle sobre os demais. Transmitida de geração em geração, a selvageria independe de espaço, de região ou de estrato social, da mesma forma que não se limita a indivíduos isolados, mas atinge, quando e onde menos se espera, populações inteiras, como se deu em outro episódio mencionado por Euclides:

“Já era tarde e a excitação do povo aumentava na proporção de sua massa sempre crescente; assim nesta indignação lembraram-se dos jornais monarquistas, e todos por um, em um ímpeto de desabafo, foram às redações e tipografias dos jornais *Gazeta da Tarde*, *Liberdade* e *Apóstolo*, e, apesar de ter a polícia corrido para evitar qualquer assalto a esses jornais, não chegou a tempo de evitá-lo, pois a multidão aos gritos de viva a República e à memória de Floriano Peixoto invadiu aqueles estabelecimentos e destruiu-os por completo, queimando tudo”.

“Então começaram a quebrar e inutilizar tudo quanto encontraram, atirando, depois, os objetos, livros, papéis, quadros, móveis, utensílios, tabuletas, divisões etc., para a rua de onde foram logo conduzidos para o largo de S. Francisco de Paula, onde formaram uma grande fogueira, ficando outros em montes de destroços na mesma rua do Ouvidor”. (CUNHA, 2003, p. 323)

A truculência descrita não se passa nos confins do sertão, mas em plena cidade do Rio de Janeiro, na Rua do Ouvidor, cenário imortalizado pela pena de Machado e outros escritores, centro das vitrines de lojas elegantes que abasteciam a sociedade burguesa, naquele momento tomado de assalto por uma massa ensandecida que, no caso em tela, não se trata de mera criação ficcional, mas de episódio real, noticiado pelo *Jornal do Brasil*, fonte da qual Euclides da Cunha extrai e reproduz a informação. Em meio à paisagem urbana e “civilizada” rompe a fúria da multidão sem controle, que em muito se assemelha aos acontecimentos ocorridos em Canudos ou àqueles criados e recriados em nossa literatura.

Na ficção rosiana, desde o primeiro livro, nos deparamos com personagens cruéis e sem controle, como em “A hora e a vez de Augusto Matraga”, o último conto de *Sagarana*, que narra a trajetória de Augusto Esteves, o Nhô Augusto, homem autoritário, desmedido e violento — “Duro, doido e sem detença, como um bicho grande do mato.” (ROSA, 2001b, p. 368) —, cuja origem da tirania, assim como Brás Cubas, de Machado, que “se afeiçoara à contemplação da injustiça humana”, também encontra explicação na infância desregrada: “Fora assim desde menino, uma meninice à louca e à larga, de filho único de pai panocrácio. [...] Agora, com a morte do Coronel Afonso, tudo piorara, ainda mais. [...] Mais estúrdio, estouvado e sem regra, estava ficando Nhô Augusto.” (ROSA, 2001b, p. 369).

Embora nem todos os meninos educados no seio da família patriarcal terminassem os seus dias como homens cruéis e autoritários, certamente não lhes faltou a preparação bélica que, ao que tudo indica, era parte do aprendizado masculino e, de certa forma, um “mal necessário” para garantir, em caso de guerra ou ataque, a própria defesa, bem como a defesa da família e das propriedades que porventura possuísse.

Em *Grande Sertão: Veredas*, não por acaso, tão logo é recebido na casa do padrinho Selorico Mendes, Riobaldo, que até então fora criado em ambiente feminino, sob os ternos cuidados da mãe Bigri, a fim de tomar parte no mundo viril, é iniciado no aprendizado de armas brancas e armas de fogo, aparatos indispensáveis à formação masculina.

Queria que eu aprendesse a atirar bem, e manejar porrete e faca. Me deu logo um punhal, me deu uma garrucha e uma granadeira. Mais tarde, me deu até um facão enterçado, que tinha mandado forjar para próprio, quase do tamanho de espada e em formato de folha de gravatá. (ROSA, 2001a, p. 128-129)

O episódio em questão é praticamente um rito de passagem, ou movimento iniciático, que se afina com as práticas descritas pelo Padre Lopes Gama, citado por Freyre, e que é reforçado por Guimarães Rosa ao longo da obra. Em outro trecho do livro relatado por Riobaldo novamente nos deparamos com uma espécie de rito de iniciação, no qual a violência aparece como indício de maturidade, senão vejamos:

Mire veja: um rapazinho, no Nazaré, foi desfeitoado, e matou um homem. Matou, correu em casa. Sabe o que o pai dele temperou? – “Filho, isso é a tua maioridade. Na velhice, já tenho defesa, de quem me vingue...” Bolas, ora. Senhor vê, o senhor sabe. Sertão é o penal, criminal. Sertão é onde homem tem de ter a dura nuca e mão quadrada. (ROSA, 2001a, p. 126)

Naquela sociedade em que vigorava a “lei” da força e da faca, em que Deus — e até mesmo o *demo* — para tomar parte tinha de estar armado, a valentia e a habilidade no uso das armas não apenas atestam virilidade como também se fazem necessárias à sobrevivência e à manutenção do respeito por parte da sociedade sertaneja. Independentemente da posição ocupada, o valor de um homem é medido pela sua capacidade de guerrear, de lidar com os animais, e, principalmente, pela manifesta coragem. Note-se, por exemplo, a descrição de Riobaldo acerca de Zé Bebelo:

Ah, Zé Bebelo era o do duro – sete punhais de sete aços, trouxados numa bainha só! Atirava e tanto com qualquer quilate de arma, sempre certa a pontaria, laçava e campeava feito um todo vaqueiro, amansava animal de maior brabeza – burro grande ou cavalo; duelava de faca, nos espíritos solertes de onça acuada, sem parar de pôr; e medo, ou cada parente de medo, ele cuspiu em riba e desconhecia. Contavam: ele entrava de cheio, pessoalmente, e botava paz em qualquer rutuba. Ô

homem couro-n'água, enfrentador! Dava os urros. E mesmo, para ele, parecia não ter nada impossível. (ROSA, 2001a, p. 146)

É com admiração, quase devoção, que descreve as qualidades do outro, qualidades estas que, em meio à violência circundante, assumem a proporção de virtudes heróicas, conforme Riobaldo reconhece e louva. Walnice Galvão, a propósito, em seu livro *As formas do falso*, observa a valentia como condição necessária à sobrevivência:

Destituído de formas organizatórias e institucionais que regulamentem suas relações com os demais homens, os conflitos, por mínimos que sejam, só podem ser resolvidos mediante a violência. “Em seu mundo vazio de coisas e falta de regulamentação, a capacidade de preservar a própria pessoa contra qualquer violação aparece como a única maneira de ser: conservar intocada a independência e ter a coragem necessária para defendê-la, são condições de que o caipira não pode abrir mão, sob pena de perder-se. A valentia constitui-se, pois, como o valor maior de suas vidas.” (GALVÃO, 1972, p. 39)

Em *Grande Sertão: Veredas*, com efeito, não é apenas a violência acumulada, “aperfeiçoada” desde a infância, que deforma os homens e empurra-os para conflitos e desmandos. A ferocidade, não raro, desperta nos “homens de bem” devido a fatores externos, que de alguma forma os atingem, ou aos seus, desestruturando o cotidiano, ameaçando a vida regrada, exigindo medidas enérgicas como resposta, tal como se dá com Medeiro Vaz que,

[q]uando moço, de antepassados de posses, [...] recebera grande fazenda. Podia gerir e ficar estadonho. Mas vieram as guerras e os desmandos de jagunços – tudo era morte e roubo, e desrespeito carnal das mulheres casadas e donzelas, foi impossível qualquer sossego, desde em quando aquele imundo de loucura subiu as serras e se esprou nos gerais. Então Medeiro Vaz, ao fim de forte pensar, reconheceu o dever dele: largou tudo, se desfez do que abarcava, em terras e gados, se livrou leve como que quisesse voltar a seu só nascimento. [...] Daí, relimpo de tudo, escorrido dono de si, ele montou em ginete, com cachos d'armas, reuniu chusma de gente corajada, rapaziagem dos campos, e saiu por esse rumo em roda, para impor a justiça. (ROSA, 2001a, p. 60)

O exercício da “justiça com as próprias mãos”, a inserção no meio hostil e violento da jagunçagem surge, neste caso, como movimento de defesa – própria e da comunidade – ante a inércia do poder público que desatende a sua função preventiva e/ou coercitiva e deixa o sertão à mercê dos “desmandos de jagunços” que matam, roubam, estupram, sem que ninguém lhes detenha. Ainda que soe contraditório, a prática da violência, subentendida na “imposição” da justiça, apresenta-se como única medida cabível e eficaz para conter a selvageria que vitima a população sertaneja.

O emprego da mesma brutalidade que, ao fim e ao cabo, se pretende exterminar, aliás, não é novidade na ficção rosiana e não comparece pela primeira vez em *Grande Sertão*:

Veredas. Em “A Hora e a Vez de Augusto Matraga” a redenção de Augusto Esteves, o protagonista, é alcançada justamente pela prática da violência, para defender, porém, um velho pai, cuja família está ameaçada de morte pelo afamado Joãozinho Bem-Bem, que busca vingança pela morte de um jovem jagunço de seu bando, vítima de um dos filhos do velho homem. Uma vez que Joãozinho Bem-Bem não cede ante os rogos do velho, Nhô Augusto, apesar da admiração e simpatia pelo chefe jagunço (cuja reciprocidade resta clara no conto), irá se voltar contra este, em defesa do pai suplicante, impedindo a vingança, salvando o velho e a família e, garantindo, com aura de mártir, a salvação da própria alma.

A oportunidade, a “hora e vez” de Nhô Augusto, consiste em fazer o bem, e com isto assegurar a salvação da alma, por meio da violência destruidora, do ato de jagunço matador, que ele reprimira duramente até então, com medo de perdê-la. O tiroteio e o duelo a faca, durante o qual mata Joãozinho (*sic*) Bem-Bem e é por ele morto (como, em *Grande sertão*, Hermógenes e Diadorim), surge ao modo de um prêmio de Deus. (CANDIDO, 1970, p. 152)

Todavia, casos como o de Medeiro Vaz ou mesmo de Augusto Matraga, que acabam por agir em busca de ordem, justiça ou redenção, tomando as ações violentas como simples meios para obrar uma “missão” maior, não são regra. O que de fato é regra no sertão é a existência de bandos armados, especialmente atuando a favor da manutenção do poder político de um coronel. Walnice Galvão, nesse sentido, esclarece que

[é] tradição brasileira secular a presença de uma força armada a serviço de um proprietário rural, grupo de função defensiva e ofensiva, presente dentro da propriedade, para garantir limites, mas igualmente importante por seu desempenho em eleições, seja pelo número de votos que representa, seja pelos votos que pode conseguir por intimidação ou mediante fraude. O braço armado serve para prevenir conflitos e para resolvê-los; a violência é uma prática rotineira, orientando o comportamento dos seres humanos em todos os níveis. (GALVÃO, 1972, p. 21).

Da mesma forma, Sandra Vasconcelos, ao empreender o exame do fenômeno do coronelismo e da jagunçagem, reafirma a existência daquela prática, do “braço armado” na manutenção do poder dos coronéis. A análise de Sandra traz à luz, ainda, pontos relevantes no que concerne à diferença entre jagunços e cangaceiros, conforme se pode observar:

A manutenção desse poder dependia, em grande parte, da reunião, em torno do coronel, de um grupo de homens que formavam uma espécie de guarda pessoal. Esses capangas não só “pertenciam” ao chefe político como habitavam suas terras, não sendo nem independentes nem errantes. Nesse sentido, se diferenciavam dos cangaceiros, em geral pequenos proprietários rurais que, abandonando família, bens e uma vida comum, optavam por uma existência errante e independente, muitas vezes motivados por desejo de vingança ou simples atração pela aventura. (VASCONCELOS, 2002, p. 325)

Na obra de Rosa, por sua vez, conforme observa Candido, o jagunço “é um tipo híbrido entre capanga e homem de guerra. O verbo que os personagens empregam para descrever a sua atividade é “guerrear”, qualificando-se a si mesmos de “guerreiros”” (CANDIDO, 1991, p. 300). Em “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, os “cacundeiros” do Major Consilva, que por ordem sua espancam e marcam a ferro Augusto Esteves, o Nhô Augusto, aproximam-se da descrição trazida por Sandra Vasconcelos: são capangas, guardas pessoais a serviço de seu “senhor”, guardando suas terras e sua pessoa. No mesmo conto, entretanto, deparamo-nos com o bando de Joãozinho Bem-Bem, que, correspondendo à descrição trazida por Candido⁷, em lugar de um grupo de capangas comuns, apresenta-se sob aparência mais próxima da noção de “guerreiros”:

Vindos do norte, da fronteira velha-de-guerra, bem montados, bem enroupados, bem apessoados, chegaram uns oito homens, que de longe se via que eram valentões: primeiro surgiu um, dianteiro, escoteiro, que percorreu, de ponta a ponta, o povoado, pedindo água à porta de uma casa, pedindo pousada em outra, espiando muito para tudo e fazendo pergunta e pergunta: depois, então, apareceram os outros, equipados com um despropósito de armas — carabinas, novinhas quase; garruchas, de um e dois canos; revólveres de boas marcas; facas, punhais, quicés de cabos esculpido; porretes e facões, — e transportando um excesso de breves nos pescoços.

O bando desfilou em formação espaçada, o chefe no meio. E o chefe — o mais forte e o mais alto de todos, com um lenço azul enrolado no chapéu de couro, com dentes brancos limados em acume, de olhar dominador e tosse rosnada, mas sorriso bonito e mansinho de moça — era o homem mais afamado dos dois sertões do rio: célebre do Jequitinhonha à Serra das Araras, da beira do Jequitá à barra do Verde Grande, do Rio Gavião até nos Montes Claros, de Carinhanha até Paracatu; maior do que Antônio Dó ou Indalécio; o arranca-toco, o treme-terra, o come-brasa, o pega-à-unha, o fecha-treta, o tira-prosa, o parte-ferro, o rompe-racha, o rompe-e-arrasa: Seu Joãozinho Bem-Bem. (ROSA, 2001b, p. 389)

Desde *Sagarana*, resta evidente não apenas a atuação de jagunços, seja como “guerreiros”, seja como capangas a serviço dos políticos e coronéis, como a perversidade e a falta de limites de muitos daqueles que eram verdadeiros “exércitos”, de ações truculentas e desmedidas, cujas crueldades e desmandos, são expostas por Zé Bebelo, em *Grande Sertão: Veredas*, atentando para a urgência de detê-los, de acabar com aquele costume⁸:

– “Sei seja de se anuir que sempre haja vergonha de jagunços, a sobre-corja? Deixa, que, daqui a uns meses, neste nosso Norte não se vai ver mais um qualquer chefe encomendar para as eleições as turmas de sacripantes, desentando da justiça, só para tudo destruírem, do civilizado e legal!” [...] A gente devia mesmo de

⁷ Retomada, por sua vez, por Walnice Galvão: “O jagunço não é um assassino: ele é um soldado numa guerra; o jagunço não mata: ele guerreia; o jagunço não rouba: ele saqueia e pilha.” (GALVÃO, 1972, p. 18).

⁸ Essa a acusação que pesa, aliás, sobre Zé Bebelo por ocasião de seu “julgamento” na Fazenda Sempre Verde: “– “O senhor veio querendo desnortear, desencaminhar os sertanejos de seu costume velho de lei...”” (ROSA, 2001a, p. 276), aponta Joca Ramiro.

reprovar os usos de bando em armas invadir cidades, arrasar o comércio, saquear na sebaça, barrear com estrumes humanos as paredes da casa do juiz-de-direito, escramuçar o promotor amontado à força numa má égua, de cara para trás, com lata amarrada na cauda, e ainda a cambada dando morras e aí soltando os foguetes! Até não arrombavam pipas de cachaça diante de igreja, ou isso de se expor padre sacerdote nu no olho da rua, e ofender as donzelas e as famílias, gozar senhoras casadas, por muitos homens, o marido obrigado a ver? Ao quando falava, com fogo que puxava de si, Zé Bebelo tinha de se esbarrar, ia até na varanda ou na janela, a apitar o apito, ditar as boas ordens. Daí, mais renovado, voltava para perto de mim, repunha: – “Ah, cujo vou, siô Baldo, vou. Só eu que sou capaz de fazer e acontecer. Sendo porque fui eu só que nasci para tanto!” (ROSA, 2001a, p. 147)

É de se notar que, mesmo reprovando as desordens jagunças, foi justamente em um dos mais afamados chefes de bando⁹ que Zé Bebelo encontrou seu exemplo e inspiração:

– “O único homem-jagunço que eu podia acatar, siô Baldo, já está falecido... [...]” Esse que já tinha morrido, que ele falava, era **Joãozinho Bem-Bem**, das Aroeiras, de redondeante fama. Se dizia, tinha estudado a vida dele, nos pormenores, com tanta devoção especial, que até um apelido em si se apôs: *Zé Bebelo*; causa que, de nome, em verdade, era José Rebelo Adro Antunes. (ROSA, 2001a, p. 146. *Grifo meu*)

Não por acaso, ele mesmo acaba se tornando jagunço, chefe dos homens que iniciara perseguindo. Quando preso pelos “ramiros”, Zé Bebelo é duplamente obsequiado: o grande líder lhe concede julgamento, contrário às práticas jagunças, e, além disso, lhe poupa da morte, determinando apenas o desterro como condenação. Como paga pela “cortesia”, Zé Bebelo, cujo projeto inicial era acossar até o último dos jagunços, volta para o sertão para perseguir somente Hermógenes e Ricardão, os “Judas” que, à traição, matam Joca Ramiro.

Por diversos – e muitas vezes inexplicáveis – que sejam os motivos, os homens do sertão estão constantemente às voltas com a violência, seja praticando-a, seja defendendo a si e aos companheiros de infortúnio. Mesmo entre os “homens bons”, Riobaldo observa que é corriqueira a prática da brutalidade e do desmando: “até Só Candelário, que se prezava de bondoso, mandava, mesmo em tempo de paz, que seus homens saíssem fossem, para estropelias, prática da vida.” (ROSA, 2001a, p. 186). O constante lutar, penar e assistir ao exercício quase que diário de desatinos e bestialidades, a invariável ameaça que paira sobre o ambiente sertanejo, acaba por inserir os homens em um ciclo infundável, em que a ferocidade desperta, se estabelece e faz discípulos.

⁹ Como já se observou, ainda em *Sagarana*, no conto “A Hora e a Vez de Augusto Matraga” o leitor toma contato, pela primeira vez, com Joãozinho Bem-Bem, cuja fama é retomada em *Grande Sertão: Veredas* não apenas destacando a admiração de Zé Bebelo, mas, também, como modelo de conduta seguido por Diadorim, explicando, assim, seu comportamento assexuado, que destoava flagrantemente dos demais jagunços. Além disso, por ciúmes, Diadorim utilizava a história de Joãozinho Bem-Bem para tentar convencer Riobaldo a manter-se afastado das mulheres: “Diadorim dava como exemplo a regra de ferro de Joãozinho Bem-Bem – o sempre sem mulher, mas valente em qualquer praça” (ROSA, 2001a, p. 208).

Não há dúvida, entretanto, que o exemplo de violência mais fortemente marcado na obra rosiana é Hermógenes, o representante maior da crueldade que, ao contrário de outras personagens, não depende de conflito, ameaça, ou agressão iminente para despertar. “Ele gostava de matar, por seu miúdo regozijo. Nem contava valentias, vivia dizendo que não era mau” (ROSA, 2001a, p. 186). No seu caso, não se trata de violência aprendida ou acumulada, mas sim de ferocidade inata¹⁰, parte do seu ser, um ser que beira ao primitivismo, detentor de uma violência ancestral, de uma bestialidade que não conhece controle nem culpa, simplesmente existe, desde os tempos mais remotos, sem consciência, sem limite, indiferente a qualquer regra civilizatória. “[S]ua selvageria pura [...] representa mais do que um banal sadismo, sendo verdadeiro “estado de lei”, afirma Kathrin Rosenfield, acrescentando que “[o] “estado de lei” de destruição, de guerra e de ódio é a figura poética do mal como violência primordial e hostilidade real. Seu princípio é o da descarga total e ilimitada das pulsões primitivas.” (ROSENFELD, 2006, p. 292).

Com efeito, Riobaldo descreve Hermógenes como o “arrenegado, senhoraço, destemido. Rúim, mas inteirado, legítimo, para toda certeza, **a maldade pura**”. (ROSA, 2001a, p. 425. *Grifo meu*); é uma figura maligna, de perturbadora aparência, beirando à monstruosidade, que seu olhar capta a primeira vez em que estabelecem contato:

Hermógenes – homem sem anjo-da-guarda. [...] Pouco, pouco, fui receando. O Hermógenes: ele estava de costas, mas umas costas desconformes, a cacunda amontoava, com o chapéu raso em cima, mas chapéu redondo de couro, que se que uma cabaça na cabeça. Aquele homem se arrepanhava de não ter pescoço. As calças dele como que se enrugavam demais da conta, enfolipavam em dobrados. As pernas, muito abertas; mas, quando ele caminhou uns passos, se arrastava – me pareceu – que nem queria levantar os pés do chão. [...] Naquela hora, eu estava querendo que ele não virasse a cara. Virou. A sombra do chapéu dava até em quase na boca, enegrecendo. (ROSA, 2001a, p. 132-133)

Descrição que contrasta, claramente, com a recordação de Joca Ramiro, de “porte luzido, passo ligeiro, as botas russianas, a risada, os bigodes, o olhar bom e mandante, a testa muita, o topete de cabelos anelados, pretos, brilhando. Como que brilhava ele todo. Porque

¹⁰ Como no menino Valtêi, cuja violência e sadismo espantaram Riobaldo: “[p]ois essezinho, essezim, desde que algum entendimento alumiu nele, feito mostrou o que é: pedido madrasto, azedo queimador, gostoso de ruim de dentro do fundo das espécies de sua natureza. [...] O que esse menino babeja vendo, é sangrarem galinha ou esfaquear porco. – “Eu gosto de matar...” – uma ocasião ele pequenino me disse. Abriu em mim um susto; porque: passarinho que se debruça – o vôo já está pronto!” (ROSA, 2001a, p. 29), ou, ainda, na personagem Maria Mutema, muito embora esta, a exemplo de Nhô Augusto, do conto “A Hora e a Vez de Augusto Matraga, de *Sagarana*, se redima ao final, depois de expostos e perdoados os seus pecados: “pela arrependida humildade que ela principiou, em tão pronunciado sofrer, alguns diziam que Maria Mutema estava ficando santa.” (ROSA, 2001a, p. 243)

Joca Ramiro era mesmo assim sobre os homens, ele tinha uma luz, rei da natureza”. (ROSA, 2001a, p. 54). Enquanto este “brilhava”, “tinha uma luz”, Hermógenes restava encoberto pela sombra, “enegrecido”. Anos mais tarde, ao vislumbrar pela primeira vez o acampamento de Hermógenes, mais uma vez o olhar de Riobaldo irá captar a marca do mal naquele, cujo “acampo” em tudo lembra a iniquidade e o desatino, a tal ponto chocante, que só mesmo ao inferno se poderia comparar: “Ah, lá era um cafarnaum. Moxinife de más gentes, tudo na deslei da jagunçagem bargada. [...] Às primeiras horas, conferi que era o inferno.” (ROSA, 2001a, p. 174).

O bando chefiado por Hermógenes, o comportamento de seus homens e as más ações que logram cometer, destoam visivelmente dos demais chefes, como “Medeiro Vaz [que] não maltratava ninguém sem necessidade justa, não tomava nada à força, nem consentia em desatinos de seus homens” (ROSA, 2001a, p. 72), enquanto “os Hermógenes e os cardões roubavam, defloravam demais, determinavam sebaça em qualquer povoal à-toa, renitiam feito peste.” (ROSA, 2001a, p. 72-73).

Não é sem razão, pois, que Riobaldo estranha o fato de Joca Ramiro ter a seu serviço homem de tão diversa natureza: “Por que era que Joca Ramiro, sendo chefe tão subido, de nobres costumes, consentia em ter como seu alferes um sujeito feito esse Hermógenes, remarcado no mal?” (ROSA, 2001a, p. 187). E é Diadorim quem lhe responde: “O Hermógenes é duro, mas **leal de toda confiança**. Você acha que a gente corta carne é com quicé, ou é com colher-de-pau?” (idem. *Grifo meu*).

Ao contrário de Riobaldo, que constantemente se horroriza com as crueldades praticadas por homens como aquele, Diadorim não contempla qualquer motivo para choque ou condenação. “Você queria homens bem-comportados bonzinhos, para com eles a gente dar combate a Zé Bebelo e aos cachorros do Governo?!” (ROSA, 2001a, p. 187-188), ainda pergunta. A exemplo de outros jagunços, entende a violência como meio natural de defesa, que não se choca com as suas práticas, em que só não se admite a traição, o pior dos crimes, único que, a exemplo das sociedades guerreiras da Idade Média¹¹, não logra perdão, como já deixara claro o chefe jagunço Joãozinho Bem-Bem, em “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”: “É a regra... Senão, até quem é mais que havia de querer obedecer a um homem

¹¹ José Roberto Mello lembra que “[a] felonía era o pior crime no mundo feudal: a traição cometida por um vassalo contra a fidelidade jurada”. (MELLO, 1992, p. 107)

que não vinga gente sua, morta de traição? ... É a regra. Posso até livrar de *sebaça*, às vezes, mas não posso perdoar isto não...” (ROSA, 2001b, p. 408).

Enquanto a lealdade restava intocada, nada havia que se reprovar; somente a partir da quebra de confiança, não apenas por matar Joca Ramiro, mas por matá-lo à traição¹², é que Hermógenes se tornará objeto do ódio de Diadorim, que passará a caçá-lo sem trégua, determinada a cumprir a vingança pela morte do pai e extirpar o mal do sertão.

A “moça virgem”, “donzela guerreira” do sertão, carecia *de ser diferente*. Desde cedo formada para atender ao modelo masculino de comportamento, era exímia a manejar a faca, corajosa e viril, como nem mesmo Riobaldo viria a ser.

– “Que é que a gente sente, quando se tem medo?” – ele indagou, mas não estava remoqueando; não pude ter raiva. – “Você nunca teve medo?” – foi o que me veio, de dizer. Ele respondeu: – “Costumo não...” – e, passado o tempo dum suspiro: – “Meu pai disse que não se deve de ter...” Ao que meio pasmei. Ainda ele terminou: – “...Meu pai é o homem mais valente deste mundo.” (ROSA, 2001a, p. 121)

O menino abanava a faquinha nua na mão, e nem se ria. Tinha embebido ferro na côxa do mulato, a ponta rasgando fundo. A lâmina estava escorrida de sangue ruim. Mas o menino não se aluía do lugar. E limpou a faca no capim, com todo o capricho. – “Quicé que corta...” – foi só o que disse, a si dizendo. (ibid., p. 124)

“Sou diferente de todo o mundo. Meu pai disse que eu careço de ser diferente, muito diferente...” (ibid., p. 125)

Ao ferreiro, as facas, vermelhas, no embrulhável. A faca a faca, eles se cortaram até os suspensórios. ... *O diabo na rua, no meio do redemunho...* Assim, ah – mirei e vi – o claro claramente: ai Diadorim cravar e sangrar o Hermógenes... Ah, cravou – no vão – e ressurtiu o alto esguicho de sangue: porfiou para bem matar! (ibid., p. 611)

Embora nascida mulher, ela recebe, ao que tudo indica, a mesma formação dos homens e é quem melhor irá desempenhar ao longo da obra o papel de guerreira destemida e

¹² É forçoso notar que, neste caso, a traição é uma questão de ponto de vista, senão vejamos: a razão que enseja a perseguição a Hermógenes e Ricardão é, com efeito, terem assassinado à *traição* o líder Joca Ramiro; entretanto, ao que tudo indica, o assassinato se deu pelo mesmo motivo – traição –, eis que, ao renderem Zé Bebelo, que “a pago do Governo” embrenhara-se no sertão para caçá-los, Joca Ramiro não apenas lhe concede julgamento, inovação que destoa dos costumes jagunços, como acaba por absolvê-lo. A absolvição, assim como o próprio julgamento, é considerada por Hermógenes ato de traição, eis que, de acordo com o seu entendimento, a “caçada” empreendida por Zé Bebelo é motivo suficiente para “acusação de morte”. Ao livrá-lo da execução, portanto, ao “demudar os costumes velhos de lei”, Joca Ramiro de certo modo traíra os seus, que nele depositavam confiança – assim deve ter pensado Hermógenes que, por esse entendimento, guiara, possivelmente, o extermínio daquele. Da mesma forma pensara o outro “Judas”, Ricardão, que em meio ao julgamento, relembra, inclusive, a Joca Ramiro a responsabilidade que tinham com “seo Sul de Oliveira, doutor Mirabô de Melo, o velho Nico Estácio, compadre Nhô Lajes e coronel Caetano Cordeiro...”, que estavam “agüentando acossamento do Governo, tiveram de sair de suas terras e fazendas, no que produziram uma grande quebra” (ROSA, 2001a, p. 284) e que Joca Ramiro, com sua decisão, também *traía*, eis que aqueles abasteciam seus jagunços com armas, munições e outros “trens”, justamente para se verem livres das perseguições do Governo, para as quais Zé Bebelo contribuía, saindo ileso a partir do julgamento. Visto sob diferentes ângulos e motivações, quem é traidor de quem?

audaz, a única pessoa capaz de enfrentar o Hermógenes e varrê-lo da terra para sempre. No feio da batalha, onde se “carece de ter coragem”, muita coragem, é Diadorim quem parte para o sacrifício. É o seu sangue que, derramado, limpa de vez os Gerais, cumprindo, finalmente, o *mandado* do pai. Diferente de outras histórias, em que a donzela guerreira ao fim se revela e desfruta o amor ao lado do homem escolhido, na obra de Rosa o final é trágico: Diadorim livra o sertão da maldade e da violência de Hermógenes, mas perece, deixando para trás o amor irrealizado de Riobaldo. Vítima da brutalidade do ambiente sertanejo e do dever de guerrear imposto pelo pai, ela deixa a vida “sem gozo de amor”. Assim “a estória se acabou”. Assim, “a estória acabada”. Assim “a estória acaba”.

ABSTRACT: This article aims to analyze the universe of Guimarães Rosa, immortalized through the pages of *The Devil to Pay in the Backlands*, checking especially the training of men in the *sertão* (re) created by the author. Intends to examine who they are, what they are, how they survive, and especially how and why the main male characters created by Rosa are marked by violence, hardness, and often, cruelty. It will take as a theoretical basis, among others, the studies developed by Antonio Candido in “O Homem dos Aessos”, Manuel Cavalcanti Proença, in “Don Riobaldo do Urucuia, Cavaleiro dos Campos Gerais”, Sandra Gardini Vasconcelos, in “Homens Provisórios: Coronelismo e Jagunçagem em *Grande Sertão: Veredas*”, Euclides da Cunha, in *Os Sertões*, as well as studies of Gilberto Freyre, in *Casa Grande & Senzala*.

KEYWORDS: João Guimarães Rosa. *The Devil to Pay in the Backlands*. Training of men. Violence.

REFERÊNCIAS

CÂNDIDO, Antônio. Jagunços Mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa. In: _____. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1977. p. 133-160.

_____. O Homem dos Aessos. In: COUTINHO, Eduardo F. (org.). *Guimarães Rosa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 294-309.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966. 2º tomo.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *As formas do falso*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

Revista Literatura em Debate, v. 7, n. 12, p. 121-138, jul. 2013. Recebido em: 31 maio 2013. Aceito em: 27 jun. 2013.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Abril, 2010.

MELLO, José Roberto. *O cotidiano no imaginário medieval*. São Paulo: Contexto, 1992.

PASTA JÚNIOR, José Antônio. O Romance de Rosa: temas do *Grande Sertão* e do Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 55, p. 61-70, nov. 1999.

PROENÇA, M. Cavalcanti. Don Riobaldo do Urucuia, Cavaleiro dos Campos Gerais. In: _____. *Trilhas do Grande Sertão*. Rio de Janeiro: MEC, 1958. p. 13-29.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001a.

_____. *Sagarana*. 71. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001b.

_____. João Guimarães Rosa: correspondência com seu tradutor alemão Curt Meyer-Clason: (1958-1967). Edição, organização e notas Maria Aparecida Faria Marcondes Bussolotti. Trad. Erlon José Paschoal. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Academia Brasileira de Letras; Belo Horizonte, MG; Ed. da UFMG, 2003.

ROSENFELD, Kathrin Holzermayr. *Desenveredando Rosa*. A obra de J. G. Rosa e outros ensaios rosianos. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

SPERBER, Suzi Frankl. *Guimarães Rosa: signo e sentimento*. São Paulo: Ática, 1982.

VASCONCELOS, Sandra Guardini T. Homens provisórios: coronelismo e jagunçagem em *Grande Sertão: Veredas*. *Scripta*, Belo horizonte, v. 5, n. 10, p. 321-333, jan./jun. 2002.